

Política fiscal: metas atingidas*

*Isabel Noemia Rückert***

*Maria Luiza Blanco Borsatto***

No ano de 1999, a condução da política fiscal foi principalmente restritiva, levando a uma alteração significativa no resultado fiscal em relação ao ano de 1998, fato que ficou evidenciado pelos superávits primários expressivos nesse período. Com isso o País conseguiu cumprir plenamente as metas fiscais acordadas com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

O Governo espera dispor, no médio e longo prazos, dos diversos projetos que ainda tramitam no Congresso Nacional, para dar continuidade ao ajuste fiscal, tais como a Lei de Responsabilidade Fiscal e as leis que regulamentam as reformas administrativa e previdenciária. Já o projeto de reforma tributária vem sofrendo alterações, dependendo ainda de negociações e de aprovação do Congresso Nacional.

O presente texto tem como objetivo principal examinar as principais medidas de política fiscal ocorridas no segundo semestre de 1999, bem como a evolução do déficit público consolidado e o comportamento da dívida líquida do setor público, medidos pelo Banco Central até outubro de 1999. Também se apresenta uma breve descrição da proposta orçamentária da União para 2000, analisam-se a situação das contas públicas do Governo Central e, a arrecadação dos tributos federais até novembro de 1999.

1 - O ajuste fiscal e o acordo com o FMI

O acordo firmado entre o Governo Federal e o FMI em dezembro de 1998 foi revisto após a forte desvalorização do real e a mudança no regime cambial

* O texto foi elaborado com informações obtidas até 31.12.99.

** Economista, Técnica da FEE.

As autoras agradecem a colaboração do colega Edison Marques Moreira e da estagiária Rita Lodeiro Müller e da bolsista da FAPERGS Aline Maria da Silva Mota.

ocorrida em janeiro de 1999. Assim, em março de 1999, foi assinado um segundo memorando de política econômica com o FMI, com as metas iniciais alteradas. No mês de junho desse ano, foi efetuada uma nova avaliação do acordo e divulgadas as principais mudanças ocorridas.

Ao longo do ano de 1999, o País efetuou junto ao FMI quatro revisões do programa de crédito *stand-by*. Dos recursos oferecidos pelo FMI e pelos bancos internacionais (US\$ 41,5 bilhões) o País efetuou saques, totalizando US\$ 19 bilhões.

O Governo concluiu o primeiro ano do acordo, tendo cumprido o principal critério de desempenho fiscal (superávit primário). Isso só foi possível porque o País deixou de considerar o resultado do déficit público nominal como o mais importante critério de performance, a partir da desvalorização do real e da mudança do regime cambial em janeiro de 1999, quando ficou impossível o cumprimento das metas estabelecidas para esse déficit. Em vista disso, o Governo, numa revisão do acordo ocorrida em março de 1999, passou a considerar o resultado primário, que anteriormente era apenas uma meta indicativa como critério de desempenho. Assim, o Governo comprometeu-se a atingir um superávit primário global, em 1999, de R\$ 30,2 bilhões, o equivalente a 3,2% do PIB. Para que essa meta fosse alcançada, o Governo adotou, ao longo de 1999, uma série de medidas. Dentre as principais cabe destacar: a aprovação da cobrança da Contribuição sobre Movimentação Financeira (CPMF), a partir de 17.06.99, com uma alíquota de 0,38%; a prorrogação, até 2003, da alíquota de 27,5% do Imposto de Renda das Pessoas Físicas (IRPF) para os contribuintes com rendimento mensal acima de R\$ 1.800,00, que só deveria vigorar até o final de 1999.

No mês de outubro de 1999, a proposição do Governo foi implantar a cobrança de alíquotas diferenciadas de contribuição previdenciária dos servidores públicos da ativa e estender a mesma aos servidores aposentados e pensionistas da União, mas foi derrotado pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Para compensar essas perdas no Orçamento para 2000, estimadas em R\$ 2,38 bilhões, o Governo tomou medidas com o objetivo de cortar gastos e aumentar a tributação para as empresas. Entre as principais decisões estão a alteração na alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), que deverá passar de 12% para 9%, a partir de fevereiro de 2000, mas, em contrapartida, não poderá ser compensado no recolhimento dessa contribuição o adicional de um ponto percentual da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). Além disso, a partir de janeiro de 2000, todas as remessas ao Exterior de pagamento de juros de empréstimos, bem como os ganhos com aplicações financeiras de renda variável serão tributados em 15% pelo Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF).

O Governo decidiu também que o Orçamento para o ano 2000 sofrerá cortes a serem definidos no item Outras Despesas de Custeio e Capital (OCC), onde estão incluídos aqueles gastos sem vinculações com receitas específicas, como é o caso dos programas sociais, investimentos em obras e manutenção da máquina pública.

O Governo pretende, ainda, ver aprovada a prorrogação do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) que terminou em dezembro de 1999. Para isso lançou um projeto de emenda constitucional — Desvinculação de Recursos da União (DRU), que dependerá da aprovação do Congresso Nacional —, permitindo a continuação da desvinculação de 20% da receita tributária, o que, segundo o Governo, é fundamental para o programa de estabilidade fiscal. Com a DRU o Governo pretende arrecadar R\$ 41,5 bilhões no ano 2000. Para esse ano, a estimativa é de atingir um superávit primário consolidado de R\$ 36,7 bilhões (3,25% do PIB). O Governo Federal deverá ser responsável pela maior parcela desse total, ou seja, 80%. O restante viria de superávits dos estados e dos municípios, R\$ 6 bilhões (16,3%) e R\$ 1,4 bilhão do resultado das empresas estatais.

2 - O comportamento do déficit público

As necessidades de financiamento do setor público (NFSP) pelo conceito nominal, incluindo o impacto das desvalorizações cambiais sobre a dívida pública indexada ao câmbio, alcançaram, de janeiro a outubro de 1999, um déficit de R\$ 101,4 bilhões (11,51% do PIB). Pelas estimativas do Banco Central, até o final deste ano, o déficit nominal terá alcançado cerca de R\$ 107,6 bilhões, o equivalente a 10,7% do PIB. Esse montante é muito superior ao conseguido em 1998 (R\$ 72,9 bilhões). A piora do resultado nominal deveu-se, em grande medida, à forte desvalorização do real em relação ao dólar em meados de janeiro de 1999, uma vez que esse déficit inclui os gastos com o serviço da dívida externa e com os títulos corrigidos pela variação cambial. Além disso, em março de 1999, o Comitê de Política Monetária (Copom) elevou os juros básicos (medido pelo *over* Selic) para 45% ao ano diante da possibilidade de ocorrer um descontrole inflacionário. Nos meses seguintes, o Copom foi reduzindo a taxa de juros até atingir o patamar de 19% ao ano no mês de setembro de 1999.

O resultado primário consolidado, que exclui os juros nominais, nos primeiros 10 meses de 1999, atingiu R\$ 33,87 bilhões (3,84% do PIB), superando a meta acertada com o FMI para o ano de 1999, que era de um superávit de R\$ 30,18 bilhões. Esse resultado expressa o esforço fiscal efetuado pelo Gover-

no para manter as contas públicas superavitárias. Todos os níveis de governo contribuíram para essa performance, sobretudo o Governo Federal e o Banco Central, que atingiram um superávit de R\$ 32,09 bilhões (3,64% do PIB), sendo responsáveis por 94% do total. Destaca-se, também, uma melhora no resultado dos governos regionais com os estados e os municípios (incluindo suas empresas estatais), alcançando um superávit primário de R\$ 3,49 bilhões no período (Tabela 1).

Com esse desempenho, o Governo pode cobrir uma parcela das suas despesas com juros, pois essa componente financeira do déficit continuou elevada. Somente os gastos com juros alcançaram o montante de R\$ 136,32 bilhões nos 10 meses de 1999 contra R\$ 58,54 bilhões registrados no mesmo período do ano anterior. Isto ocorreu porque as taxas de juros ainda são muito elevadas e, também, como reflexo da desvalorização cambial.

O que se observou é que o Governo conseguiu melhorar significativamente as suas contas no ano de 1999 em relação ao de 1998, quando apresentou um pequeno superávit primário de R\$ 110 milhões.

3 - O comportamento da dívida líquida

A dívida líquida do setor público consolidada — que mede o endividamento líquido do setor público não-financeiro e do Banco Central com os sistemas público e privado — atingiu R\$ 519 bilhões, ou o equivalente a 48,8% do PIB até outubro de 1999. A maior parcela refere-se à dívida interna líquida, que alcançou R\$ 404,75 bilhões, enquanto a dívida externa líquida totalizou R\$ 114,33 bilhões nesse período (Tabela 2).

A principal componente da dívida interna é a dívida mobiliária federal. Essa dívida possui um perfil de curto prazo, sendo predominantemente pós-fixada ou indexada à taxa de câmbio.

A dívida pública mobiliária federal vem crescendo substancialmente, passando de R\$ 252,28 bilhões em 1997 para R\$ 326,62 bilhões em 1998 e para R\$ 411,25 bilhões até outubro de 1999. Uma das causas desse aumento foi a necessidade de esterilizar os recursos externos através da emissão de títulos públicos. Esses recursos foram atraídos pelas taxas de juros elevadas existentes no País. Contudo, se, de um lado, essas taxas possibilitaram a entrada de capitais externos, por outro, pressionaram a dívida pública mobiliária. Além disso, o Governo manteve, principalmente a partir de 1995, uma política monetária de taxas de juros elevadas.

Tabela 1

Necessidade de financiamento do setor público — jan.-out./98 e jan.-out./99

DISCRIMINAÇÃO	JAN-OUT/98		1998		JAN-OUT/99	
	Valor (R\$ milhões)	% do PIB	Valor (R\$ milhões)	% do PIB	Valor (R\$ milhões)	% do PIB
1 - TOTAL NOMINAL	56 293	7,47	72 932	8,06	101 446	11,51
1.1 - Governo Central	37 650	4,99	51 690	5,71	75 313	8,55
1.1.1 - Governo Federal e Bacen (1)	37 164	4,93	49 666	5,49	78 056	8,86
1.1.2 - Empresas estatais federais	486	0,06	2 024	0,22	-2 744	-0,31
1.2 - Governos regionais	18 644	2,47	21 242	2,35	26 133	2,97
1.2.1 - Governos estaduais	14 672	1,95	16 510	1,82	20 534	2,33
1.2.2 - Governos municipais	1 675	0,22	2 027	0,22	3 116	0,35
1.2.3 - Empresas estatais estaduais	1 929	0,26	2 222	0,25	2 056	0,23
1.2.4 - Empresas estatais municipais	367	0,05	483	0,05	427	0,05
2 - TOTAL JUROS NOMINAIS	58 544	7,76	73 051	8,07	135 324	15,35
2.1 - Governo Central	42 780	5,67	54 481	6,02	105 692	11,99
2.1.1 - Governo Federal e Bacen (1)	42 992	5,70	54 743	6,05	103 125	11,70
2.1.2 - Empresas estatais federais	-212	-0,03	-261	-0,03	2 567	0,29
2.2 - Governos regionais	15 764	2,09	18 570	2,05	29 632	3,36
2.2.1 - Governos estaduais	11 141	1,48	12 758	1,41	22 421	2,54
2.2.2 - Governos municipais	3 194	0,42	4 034	0,45	4 458	0,51
2.2.3 - Empresas estatais estaduais	1 308	0,17	1 627	0,18	2 580	0,29
2.2.4 - Empresas estatais municipais	122	0,02	151	0,02	173	0,02
3 - TOTAL PRIMÁRIO	-2 251	-0,30	-110	-0,01	-33 879	-3,84
3.1 - Governo Central	-5 130	-0,68	-2 791	-0,31	-30 379	-3,45
3.1.1 - Governo Federal e Bacen	-10 053	-1,33	-12 273	-1,36	-32 094	-3,64
3.1.2 - INSS	4 225	0,56	7 196	0,79	7 025	0,80
3.1.3 - Empresas estatais federais	697	0,09	2 285	0,25	-5 310	-0,60
3.2 - Governos regionais	2 879	0,38	2 672	0,30	-3 499	-0,40
3.2.1 - Governos estaduais	3 532	0,47	3 752	0,41	-1 887	-0,21
3.2.2 - Governos municipais	-1 518	-0,20	-2 008	-0,22	-1 342	-0,15
3.2.3 - Empresas estatais estaduais	621	0,08	595	0,07	-524	-0,06
3.2.4 - Empresas estatais municipais	245	0,03	332	0,04	254	0,03

FONTE: MINISTÉRIO DA FAZENDA. Banco Central do Brasil. Informações econômicas (1999). Nota para a imprensa: resultados fiscais, 20.12. [on-line]. Disponível na Internet via WWW. URL <http://www.bcb.gov.br/htms/notecon3.html> Arquivo capturado em 20 dez.

NOTA: 1. Dados preliminares para 1998 e 1999; refletem a relação dos fluxos com o PIB, ambos valorizados para o último mês do período com base no IGP-DI da FGV.

2. (+) Déficit (-) Superávit.

3. Com desvalorização cambial.

(1) Inclui o INSS.

Tabela 2

Dívida líquida do setor público — 1997/99

DISCRIMINAÇÃO	1997		1998		1999	
	Saldos (R\$ milhões)	% do PIB	Saldos (R\$ milhões)	% do PIB	Saldos (R\$ milhões)	% do PIB
A - DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	269 846	30,3	328 693	36,1	404 759	38,1
A.1 - Governo Federal e Bacen	150 254	16,8	192 455	21,1	235 019	22,1
A.1.1 - Títulos públicos federais	252 286	28,3	322 624	35,4	411 258	38,7
A.1.2 - Outras dívidas	-102 032	-11,4	-130 169	-14,3	-176 239	-16,6
A.2 - Governos estaduais e municipais	111 588	12,5	124 757	13,7	155 679	14,7
A.2.1 - Dívida mobiliária líquida (1)	38 578	4,3	22 208	2,4	23 179	2,2
A.2.2 - Outras dívidas	73 010	8,2	102 549	11,3	132 500	12,5
A.3 - Empresas estatais	8 004	0,9	11 481	1,3	14 061	1,3
B - DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	38 580	4,3	57 176	6,3	114 337	10,8
B.1 - Governo Federal e Bacen (2)	17 488	2,0	38 812	4,3	86 615	8,2
B.2 - Governos estaduais e municipais	4 303	0,5	6 148	0,7	10 053	0,9
B.3 - Empresas estatais	16 789	1,9	12 216	1,3	17 669	1,7
C - DÍVIDA TOTAL (A + B)	308 427	34,6	385 870	42,4	519 097	48,8
C.1 - Governo Federal e Bacen	167 742	18,8	231 268	25,4	321 634	30,3
C.2 - Governos estaduais e municipais	115 892	13,0	130 905	14,4	165 733	15,6
C.3 - Empresas estatais	24 793	2,8	23 697	2,6	31 730	3,0

FONTE: MINISTÉRIO DA FAZENDA. Banco Central do Brasil. Informações econômicas (1999). Nota para a imprensa: resultados fiscais, 20.12. [on-line]. Disponível na Internet via [WWW.URL http://www.bcb.gov.br/https/notecon3.html](http://www.bcb.gov.br/https/notecon3.html) Arquivo capturado em 20 dez.

NOTA: Dados preliminares para 1997, 1998 e até outubro de 1999; valores correntes.

(1) Dívida mobiliária emitida menos títulos em tesouraria. (2) Líquida de reservas internacionais.

Considerando o perfil da dívida nos 10 primeiros meses de 1999, verificou-se que a parcela de títulos com remuneração atrelada à taxa Selic (pós-fixado) ainda representa a maior no total, 58,4%.

As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) e as Letras do Banco Central (LBC), ao serem atreladas à taxa do *over*, não trazem maiores riscos ao mercado, tornando-as mais atrativas. O Governo, ao pagar essa taxa, faz com que esses títulos, apesar de terem vencimentos de curto prazo, possam ser resgatados diariamente.

É intenção do Governo mudar o perfil da dívida e lançar mais títulos pré-fixados. No entanto, para poder tornar mais atrativos esses papéis, o Governo pretende lançar LTNs (títulos pré-fixados) que tenham uma cláusula que reduza o risco através de leilões, com compromisso de recompra pelo Banco Central.

O Governo vai iniciar, a partir de meados de janeiro de 2000, um leilão de compra de títulos. Será a primeira vez que esse tipo de programação irá ocorrer. Existe uma diferenciação entre resgatar títulos (no seu vencimento) e a compra que ocorre antes do vencimento do título. Com isso o Governo espera distribuir melhor as datas de vencimentos, evitando que ocorram maiores concentrações de vencimentos em determinados períodos.

Para atender à demanda do setor privado por proteção contra as oscilações do câmbio, o Tesouro Nacional e o Banco Central aumentaram a emissão de títulos indexados ao dólar. No final de 1995, os papéis cambiais representavam cerca de 5,3% do total da dívida mobiliária. No final de 1997, subiram para 15%. Com a desvalorização em janeiro de 1999, o percentual subiu para 30,4%, passando para 26,7% no final de outubro desse ano.

Ao longo do ano, o Governo lançou títulos públicos para atender à demanda do mercado por *hedge* cambial, em vista da grande instabilidade cambial que estava ocorrendo.

É importante ressaltar que cerca de 40% do total do endividamento líquido está atrelado à taxa de câmbio, incluindo a dívida externa e aquela dívida interna com correção cambial. Em vista disso, quando ocorre apreciação cambial, há redução do montante dessa dívida em reais.

4 - A proposta orçamentária da União para 2000

O Projeto de Lei do Orçamento da União para 2000, enviado ao Congresso Nacional no final de agosto de 1999, com o aval do Fundo Monetário Internacional (FMI), prevê um superávit primário de R\$ 28,5 bilhões nominais, represen-

tando 2,65% do PIB estimado para o exercício. A proposta orçamentária estima o uso de receitas (em torno de R\$ 4 bilhões) que dependem de aprovação do Legislativo, portanto, receitas condicionadas, para cobrir, em parte, as receitas extraordinárias e atípicas existentes até 1999, que não serão mais arrecadadas. Nas estimativas dos valores constantes da proposta, foram considerados um crescimento para o PIB real de 4% (PIB nominal R\$ 1.074,1 bilhões), uma taxa de inflação em torno de 6% a.a. e juros reais em torno de 7%.

A receita total prevista atinge R\$ 229,2 bilhões nominais, representando 21,34% do PIB, sendo que a proveniente de tributos e contribuições sociais soma R\$ 159,3 bilhões e representa 14,85% do PIB.

A proposta também inclui o acréscimo de arrecadação previdenciária através da elevação de 10% para 14% das contribuições previdenciárias dos servidores ativos, bem como a instituição das mesmas para inativos e pensionistas (R\$ 2,4 bilhões). Como essas cobranças foram proibidas por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), a equipe econômica pretende compensar o prejuízo através de cortes, entre R\$ 1 bilhão e R\$ 1,3 bilhão, no Orçamento Federal, dos recursos destinados para custeios e investimentos, e o restante será gerado por novas receitas a serem aprovadas pelo Congresso Nacional.

A despesa total estimada deverá atingir R\$ 200,7 bilhões em 2000, o que significa um aumento nominal de 7,5% em relação a 1999 e representa 18,69% do PIB previsto para o exercício.

Na proposta orçamentária apresentada, o maior gasto está nas despesas com benefícios da previdência, que têm evoluído negativamente, alcançando R\$ 62,9 bilhões ou 5,86% do PIB. As despesas com pessoal e encargos sociais somam R\$ 51,9 bilhões e 4,83% do PIB, significando um crescimento nominal de 5,2% em relação a 1999. As principais despesas vinculadas — Vinculações Constitucionais e Transferências a Estados e Municípios — alcançaram R\$ 46,5 bilhões e representam 4,33% do PIB e um acréscimo de 6,8% em relação a 1999. As aplicações previstas para 2000 em Outras Despesas de Custeio e Capital atingem o montante de R\$ 39,4 bilhões (3,67% do PIB) e superam em 10% as previstas em 1999.

Quanto aos investimentos das empresas estatais federais, os mesmos foram estimados em R\$ 10,1 bilhões, englobando recursos de geração própria (R\$ 8,1 bilhões) e transferências do Tesouro Nacional (R\$ 26 milhões) de crédito de longo prazo (R\$ 1,9 bilhão). Esses recursos serão aplicados pelo Grupo Petrobrás em subsidiárias no Exterior e em investimentos no País, totalizando em torno de R\$ 5 bilhões; pelo Grupo Eletrobrás, R\$ 2,7 bilhões; e pelas instituições financeiras, cerca de R\$ 1,8 bilhão.

Quanto à destinação dos recursos, o Orçamento de 2000 não apresenta grandes variações nas aplicações, mas continuou priorizando as áreas sociais e de infra-estrutura: as despesas com saúde (R\$ 14,1 bilhões), assistência social (R\$ 3,8 bilhões), transportes (R\$ 2,3 bilhões), segurança (R\$ 445 milhões) e ciência e tecnologia (R\$ 1,4 bilhão).

5 - O resultado primário do Governo Central

As contas primárias do Governo Federal conseguiram atingir, em 11 meses de 1999, a meta estabelecida no acordo com o FMI.

De janeiro a novembro de 1999, o Governo Federal obteve um resultado primário de R\$ 25,8 bilhões, a preços de novembro de 1999 inflacionados pelo IGP-DI da FGV, ultrapassando em 415,1% o do mesmo período de 1998, quando alcançou R\$ 5,0 bilhões. No total de 1999, o Tesouro Nacional contribuiu com R\$ 34,2 bilhões, superando em 193,3% o valor alcançado em 1998, e a Previdência Social apresentou um resultado deficitário de R\$ 8,4 bilhões, excedendo em 26,7% o obtido em 1998 (Tabela 3).

A receita total atingiu R\$ 203,1 bilhões de janeiro a novembro de 1999, registrando um crescimento de 3,8% em relação ao mesmo período de 1998, quando totalizou R\$ 195,6 bilhões. Entre as receitas do Tesouro que mais se destacaram estão as administradas pela SRF, que acumularam R\$ 137,6 bilhões, subindo 8,2% em relação às recolhidas em 1998. Esse incremento foi influenciado por vários fatores, dentre os quais o pagamento de débitos em atraso em consequência da desistência de ações judiciais (R\$ 4,3 bilhões), o recolhimento dos depósitos judiciais na Conta Única do Tesouro Nacional, a partir de janeiro de 1999, resultando em um ganho de R\$ 1,8 bilhão até novembro de 1999. Também contribuíram para esse acréscimo das receitas tributárias, por exemplo: o aumento da alíquota e a extensão da cobrança às instituições financeiras no que diz respeito à Cofins; a tributação sobre aplicações financeiras em renda fixa destinada às operações de cobertura, no caso do IRRF-Rendimento de Capital; a incidência da cobrança sobre aplicações em fundos de investimento; o aumento da alíquota nas operações de crédito no que se refere ao IOF; o aumento no volume de reservas ao Exterior; e a mudança da política cambial no caso do IRRF-Remessas ao Exterior.

No que se refere às despesas provenientes da Previdência Social, ocorreu uma queda de 4,8% no período analisado, passando de R\$ 47,6 bilhões de janeiro a novembro de 1998 para R\$ 45,3 bilhões nos mesmos meses de 1999.

Quanto à despesa total, esta apresentou um decréscimo de 7,0% no período analisado, atingindo, em 1999, R\$ 177,3 bilhões e apontando uma diminuição de R\$ 13,3 bilhões em relação aos mesmos meses de 1998.

A queda mais significativa nas despesas foi apresentada nas contas da Administração Federal, que decresceram 13,8% e passaram de R\$ 103,8 bilhões em 1998 para R\$ 89,5 bilhões em 1999. Destacam-se, nas mesmas, a queda de 18,2% apresentada nas Despesas de Custeio e Capital, as quais passaram de R\$ 52,3 bilhões em 1998 para R\$ 42,8 bilhões em 1999, e também as despesas com pessoal e encargos, que no período, apontaram uma diminuição de 9,3% em relação a 1998, quando os gastos caíram de R\$ 51,5 bilhões (a preços de novembro de 1999) para R\$ 46,7 bilhões em 1999. Esses resultados evidenciam a grande contração nas despesas efetuada pelo Governo Federal para que o mesmo pudesse atingir as metas fiscais programadas.

Cabe observar o acréscimo de 6,6% nas Transferências a Estados e Municípios, que somaram R\$ 31,5 bilhões em 1999 contra R\$ 29,5 bilhões em 1998. A explicação desse crescimento está na maior arrecadação dos impostos que compõem as transferências constitucionais, na desoneração do ICMS, além das mudanças na fórmula de seu cálculo, o que resultou em aumento no total transferido.

Destaca-se, também, o decréscimo de 14,5% ocorrido nos Subsídios e Subvenções, de janeiro a novembro de 1999 em relação ao mesmo período de 1998, diminuindo em quase R\$ 5 milhões em 1999. Essa variação pode ser explicada, dentre outras razões, pelo aumento das despesas com a equalização das taxas de juros do Proex e do Pronaf.

O resultado do Governo Central apresentou, de janeiro a novembro de 1999, um considerável superávit primário, atingindo R\$ 25,1 bilhões (2,53% do PIB) e superando em 471,1% o mesmo de 1998, que ficou em apenas R\$ 4,4 bilhões. O resultado do Banco Central apresentou um acréscimo de 12,2%, superando em R\$ 74,4 milhões, a preços de novembro de 1999 (inflacionados pelo IGP-DI da FGV), o atingido em 1998.

6 - Arrecadação dos tributos federais

No período de janeiro a novembro de 1999, a arrecadação dos impostos e das contribuições administrada pela Secretaria da Receita Federal (SRF) e das demais receitas atingiu R\$ 147,2 bilhões (a preços de novembro de 1999) contra R\$ 144,9 bilhões no mesmo período de 1998, apresentando um acréscimo de 1,6% (Tabela 4).

Tabela 3

Resultado primário do Governo Central – jan.-nov./98 e jan.-nov./99

DISCRIMINAÇÃO	JAN-NOV/98 (R\$ milhões)	JAN-NOV/99 (R\$ milhões)	$\Delta\%$ 1999 1998
A - RECEITA TOTAL	195 631,0	203 107,1	3,8
A.1 - Receita do Tesouro.....	148 005,1	157 759,5	6,6
A.1.1 - Receita administrada bruta.....	127 102,7	137 565,9	8,2
A.1.2 - Restituições (-).....	-3 953,1	-4 439,4	12,3
A.1.3 - Diretamente arrecadada.....	7 533,6	6 951,7	-7,7
A.1.4 - Demais receitas	18 171,0	18 431,8	1,4
A.1.5 - Incentivos fiscais.....	-849,1	-750,5	-11,6
A.2 - Receitas da Previdência Social.....	47 625,9	45 347,6	-4,8
B - DESPESA TOTAL.....	-190 614,0	-177 337,7	-7,0
B.1-Transferências a estados e municípios.....	-29 528,7	-31 471,6	6,6
B.2 - Benefícios previdenciários.....	-54 286,0	-53 774,5	-0,9
B.3 - Despesas da administração federal.....	-103 817,0	-89 527,0	-13,8
B.3.1 - Pessoal e encargos.....	-51 540,4	-46 753,7	-9,3
B.3.2 - Despesas de custeio e capital.....	-52 276,5	-42 773,3	-18,2
B.3.2.1 - Abono e seguro desemprego.....	-4 874,6	-4 700,0	-3,6
B.3.2.2 - Desapropriação de terra para reforma agrária	-564,0	-314,5	-44,2
B.3.2.3 - Outras despesas de custeio e de capital	-46 837,9	-37 769,1	-19,4
B.4 - Subsídios e subvenções.....	-2 982,3	-2 550,3	-14,5
C – RESULTADO DO GOVERNO FEDERAL (A - B)	5 001,5	25 763,5	415,1
C.1 - Resultado do Tesouro Nacional.....	11 661,5	34 201,0	193,3
C.2 - Resultado da Previdência Social (1)	-6 660,0	-8 437,5	26,7
D - RESULTADO DO BANCO CENTRAL (2)	-610,6	-685,0	12,2
E - RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL (C + D)	4 390,9	25 078,5	471,1
F - RESULTADO PRIMÁRIO/PIB.....	0,44%	2,53%	-

FONTE: MINISTÉRIO DA FAZENDA. Secretaria do Tesouro Nacional (1999). Resultado fiscal do governo central: maio 99. [on-line]. Disponível na Internet via WWW.URL <http://www.stn.fazenda.gov.br/download/nimnov99.exe> Arquivo capturado em 15 dez.

NOTA: Dados revistos, sujeitos à alteração; os valores de 1998 e 1999 foram inflacionados pelo IGP-DI da FGV, a preços de novembro de 1999.

(1) Receita de contribuição menos benefícios previdenciários. (2) Operações quase-fiscais do Banco Central.

Tabela 4

Arrecadação das receitas federais — jan.-nov./98 e jan.-nov./99

DISCRIMINAÇÃO	JAN-NOV/98 (R\$ milhões)	JAN-NOV/99 (R\$ milhões)	Δ% 1999 1998
Imposto sobre Importação	7 155,6	7 757,4	8,41
Imposto sobre Produtos Industrializados	17 774,8	15 957,0	-10,23
Fumo	2 778,2	2 284,7	-17,76
Bebidas	2 430,5	1 869,3	-23,09
Auto	975,4	859,2	-11,91
Vinculado à importação	4 577,1	4 426,7	-3,29
Outros	7 013,5	6 517,0	-7,08
Imposto sobre a Renda total	49 002,8	49 577,5	1,17
Pessoa física	3 463,0	3 360,5	-2,96
Pessoa jurídica	13 972,6	13 447,1	-3,76
Entidades financeiras	2 241,2	2 660,5	18,71
Demais empresas	11 731,4	10 786,6	-8,05
Imposto de Renda Retido na Fonte	31 567,2	32 770,0	3,81
Rendimentos do trabalho	15 167,1	14 002,6	-7,68
Rendimentos de capital	12 432,2	13 363,5	7,49
Rendimentos para o Exterior	2 113,5	3 321,1	57,14
Outros rendimentos	1 854,3	2 082,8	12,32
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)	3 932,5	5 020,5	27,67
Imposto Territorial Rural (ITR)	240,1	268,2	11,70
Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF)	8 736,8	6 725,8	-23,02
Contribuição para Seguridade (Cofins)	20 478,0	31 345,9	53,07
Contribuição para o PIS/PASEP	8 175,7	9 856,1	20,55
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	8 086,7	7 437,8	-8,02
Contribuição Plano Seguridade Social Servidores	2 695,8	2 967,6	10,08
Contribuição para o FUNDAF	435,4	373,4	-14,24
Outras receitas administradas	388,2	641,4	65,22
Receita administrada pela SRF	127 102,4	137 928,6	8,52
Demais receitas	17 811,8	9 293,6	-47,82
TOTAL GERAL DAS RECEITAS	144 914,2	147 222,2	1,59

FONTE: MINISTÉRIO DA FAZENDA. Secretaria da Receita Federal (1999). Análise da Arrecadação das Receitas Federais: novembro 1999 [on-line]. Disponível na Internet via WWW URL <http://www.receita.fazenda.gov.br/publico/arre/NOTNOV99.doc> Arquivo capturado em 15 dez.

NOTA: Os valores de 1998 e 1999 foram inflacionados pelo IGP-DI da FGV, a preços de novembro de 1999.

Entre os tributos administrados pela SRF que mais contribuíram para o desempenho positivo da arrecadação no período de janeiro a novembro de 1999, comparado com o mesmo de 1998, estão: a Cofins, que apresentou um crescimento de 53,07%, passando de R\$ 20,5 bilhões para R\$ 31,3 bilhões em 1999, em consequência da elevação de sua alíquota de 2% para 3%, bem como da obrigatoriedade de pagamento do tributo pelas entidades financeiras, dentre outros. Já o IRRF-Remessas ao Exterior, da mesma forma, elevou seu recolhimento em 57,14% passando de R\$ 2,1 bilhões em 1998 para R\$ 3,3 bilhões em 1999, tendo como causas tanto o crescimento das remessas quanto a alteração da política cambial; e o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), que elevou sua arrecadação em 27,67% no período analisado de 1999 em comparação ao de 1998, atingindo R\$ 5,0 bilhões ao longo do primeiro ano contra R\$ 3,9 bilhões no segundo, devido à tributação sobre aplicações financeiras em fundos de investimentos à alíquota de 0,38% e ao aumento de 0,38 pontos percentuais nas operações de crédito de pessoas físicas e jurídicas.

Também fatores atípicos contribuíram, em muito, para a variação do valor arrecadado de janeiro a novembro de 1999 em relação ao mesmo período de 1998. Entre eles está o recolhimento extra de cerca de R\$ 4,5 bilhões, decorrente da desistência de ações judiciais, e o conseqüente pagamento dos débitos em atraso, relativos aos tributos PIS/PASEP (R\$ 1,6 bilhão), Cofins (R\$ 1,45 bilhão), CSLL (R\$ 1,00 bilhão) e IRPJ (R\$ 0,45 bilhão). Outro valor extra arrecadado (cerca de R\$ 1 bilhão) no período analisado de 1999 é consequência da conversão de depósitos judiciais, pelo encerramento definitivo de ações judiciais relativas à Cofins (R\$ 694 milhões) e à CSLL (R\$ 312 milhões).

Alguns tributos apresentaram desempenho negativo no período de janeiro a novembro de 1999 comparado ao do mesmo período de 1998. Destaca-se, dentre eles, o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), principalmente no que se refere a bebidas e automóveis, decorrente de acordos de redução de alíquotas ou de decisões judiciais. Também se salienta a queda de 23,02% da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) no período analisado, passando de R\$ 8,7 bilhões em 1998 para R\$ 6,7 bilhões em 1999, o que foi decorrência da interrupção da cobrança, em função da periodicidade estabelecida em lei.

Cabe salientar, também, o decréscimo das receitas atípicas de 47,82% (Demais Receitas), que, no período analisado em 1999, representam, apenas, R\$ 5,2 bilhões contra R\$ 11,7 bilhões em 1998. Essas receitas tendem a apresentar quedas constantes até seu desaparecimento, pois são provenientes das quedas das outorgas de serviços de telecomunicações, produto de depósitos abandonados, superávits financeiros e participações e dividendos.

7 - Considerações finais

O resultado fiscal, pelo conceito primário (excluindo os juros nominais), atingido em 1999 evidenciou que o Governo efetuou um intenso esforço para recuperar as contas públicas. No entanto, ao incluir os juros, pelo conceito nominal, os resultados não foram satisfatórios. Os encargos da dívida pública nesse ano foram muito altos, não só pelas elevadas taxas de juros, mas também pelo impacto da desvalorização cambial sobre a dívida do Governo indexada ao câmbio.

Para o ano 2000, o Governo está estimando um déficit público nominal medido através das NFSP, de 3,5% do PIB, o que irá significar um declínio acentuado em relação ao resultado obtido em 1999.

Quanto às reformas institucionais, estão em tramitação, no Congresso Nacional, a Lei de Responsabilidade Fiscal e a última peça legislativa para implementação da reforma administrativa. Já no que se refere a reforma previdenciária, foram aprovadas uma série de mudanças para os trabalhadores do setor privado. Os benefícios das aposentadorias passaram a ser vinculados à idade e ao histórico contributivo do trabalhador. Com isso o Governo espera que os trabalhadores sejam incentivados a contribuir durante um período mais longo, pressionando menos o déficit da Previdência.

Quanto à reforma tributária, foram efetuadas alterações no texto original apresentado pelo Executivo, e estas ainda continuam em discussão no Congresso Nacional.

Para o ano 2000, o Governo espera contar também com a recuperação da atividade econômica e com a elevação da arrecadação para compensar a perda das receitas extraordinárias existentes em 1999.

Bibliografia

BOLETIM CONJUNTURAL IPEA (1999). n.47, out.

CONJUNTURA ECONÔMICA (1999). Rio de Janeiro : FGV, n.12, dez.

RÜCKERT, Isabel Noemia, BORSATTO, Maria Luiza Blanco (1999). Política Fiscal: a busca de novas metas via acordo com o FMI. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.27, n.2.

SINOPSE ECONÔMICA (1999). Rio de Janeiro : BNDES n.82, dez.